

GAVETAS (ENTRE) ABERTAS
UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DOS ACERVOS LITERÁRIOS
DRAWERS OPEN (IN BETWEEN)
A SOCIOLOGICAL READING OF LITERARY COLLECTIONS

CLÓVIS CARVALHO BRITTO | Pós-Doutor em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB); professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) vinculado ao Departamento de Museologia.

RESUMO

O artigo propõe uma leitura sociológica dos acervos literários a partir de uma revisão da fortuna crítica relacionada com as intersecções entre acervos e literatura, especialmente as estratégias de produção da crença na trajetória de escritores a partir da manipulação de seu legado documental. Oferece um painel de possibilidades teórico-metodológicas para visualizar os acervos literários nas tramas da economia simbólica e para a investigação sociológica.

Palavras-chave: sociologia; acervos literários; arquivamento.

ABSTRACT

The paper proposes a sociological reading of literary collections based on a review of critique resources related to the intersections between collections and literature, especially the strategies used to produce belief on the trajectory of writers emerging from the manipulation of their documentary heritage. It offers diverse theoretical and methodological possibilities to view literary collections in the webs of the symbolic economy and to sociological research.

Keywords: sociology; literary collections; filing.

RESUMEN

El artículo propone una lectura sociológica de las colecciones literarias a partir de una revisión de la crítica literaria relacionada con las intersecciones entre los acervos y la literatura, especialmente las estrategias de producción de la creencia en la trayectoria de los escritores desde la manipulación de su patrimonio documental. Ofrece un panel de posibilidades teóricas y metodológicas para ver las colecciones literarias en tejido de la economía simbólica y para la investigación sociológica.

Palabras clave: sociología; acervos literarios; colocación.

INTRODUÇÃO

“O armário e suas prateleiras, a escrivaninha e suas gavetas, o cofre e seu fundo falso são verdadeiros órgãos da vida psicológica secreta. Sem esses ‘objetos’ e alguns outros igualmente valorizados, nossa vida íntima não teria um modelo de intimidade. São objetos mistos, objetos-sujeitos. Têm, como nós, por nós e para nós, uma intimidade”
Gaston Bachelard (2008, p. 91).

A topofilia desenvolvida por Gaston Bachelard (2008) reflete sobre os valores e as imagens poéticas dos espaços de posse, louvação e afeto, dissecando no jogo imagético entre o exterior e a intimidade, a instituição de uma memória espacializada, fossilizada no espaço. Segundo suas análises, na tentativa de um estudo fenomenológico dos valores de intimidade do espaço interior, a casa seria um objeto privilegiado por nos fornecer simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens. Isso porque concentraria uma espécie de atração de imagens e constituiria uma das maiores forças de integração para os pensamentos: as lembranças e os sonhos do homem. Dentre os espaços mnemônicos, adquirem relevância aqueles de intimidade, que não se abrem para qualquer pessoa. Gavetas, cofres, armários guardam o tumultuado mundo de lembranças e esquecimentos e consistem em testemunhos de uma necessidade de segredo ou, em outras palavras, uma inteligência do esconderijo. Nos armários e gavetas acumulamos resquícios de trajetórias forjadas, impressões de relações inconclusas, sombras de pulsões expressivas registradas em esmaecidas páginas.

Recuperamos essas imagens de objetos que se abrem (e que também se fecham), por remeterem diretamente ao nosso campo: o arquivo. Imagens que contribuem para refletirmos sobre o uso das fontes arquivísticas nas ciências sociais e sua relação com a produção do conhecimento, o estatuto dos registros documentais transformados em fontes, e a análise dos acervos literários para além de um amontoado de gavetas e armários que abraçam manuscritos, jornais, livros e fotografias. Desse modo, os acervos assumem o *status* de um campo povoado por sujeitos, relações e práticas suscetíveis à análise sociológica. Campo ainda pouco explorado no que diz respeito a uma reflexão crítica dos documentos, entendidos como artefatos dotados de historicidade, marcados por interferências configuradoras e investidos de uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos (Heymann, 2009).

É justamente por remeterem a espaços de intimidade que os acervos muitas vezes envolvem o pesquisador nas malhas de seu feitiço, devido ao encantamento provocado pelos documentos e suas “ilusões de verdade”, fatos que contribuiriam para uma idealização dos registros neles “objetivados”. Problemática que também deve ser considerada quando nos debruçamos sobre outras fontes, mas que nos parece ganhar força no caso dos acervos pessoais por nos permitirem a sensação de uma espécie de contato mais próximo com os sujeitos pesquisados: “por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de uma forma ‘verdadeira’, aí ele se mostraria ‘de fato’” (Gomes, 1998, p. 125). Na verdade, o primeiro desafio é escapar do equívoco de imaginar os acervos como instâncias capazes de

fornecer testemunhos incontestes das experiências de vida ou manifestação concreta da memória individual de seu titular. Também é importante escaparmos das ideias de exaustividade e totalidade das fontes, já que os mesmos, devido às características de seus suportes, são constituídos por materialidades dispersas geograficamente e estão sujeitos a constantes reclassificações, complementações e descartes. Além disso, o próprio conjunto arquivado consiste em uma parte residual dos registros e experiências grafadas ao longo de determinados momentos de uma trajetória.

Terreno movediço que exige atenção não apenas para os perigos de considerar o acervo como “reflexo” da trajetória do titular, até porque nem sempre história de vida e arquivo pessoal são equivalentes e muitas são as estratégias de monumentalização da memória destinadas à fabricação material e simbólica da trajetória que se busca imortalizar, mas também reconhecer que os processos de seleção, guarda e ordenamento dos documentos consistem em um empreendimento coletivo: “a documentação reflete, assim, múltiplas interferências, confirmando a tese de que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um projeto coletivo, no qual se sobrepõem várias subjetividades, afastando-se da sedutora imagem de expressão fiel e autêntica da subjetividade de seu titular” (Heymann, 2005, p. 48). Além da seleção empreendida pelo titular, familiares, colaboradores, herdeiros, arquivistas e outros agentes que contribuem para os “fazimentos” e “refazimentos” dos acervos construindo determinadas imagens, manipulando outras, na seleção de acontecimentos que, muitas vezes, visam ordenar uma narrativa. Devemos considerar que o acervo consiste em um texto que suportou, ao longo do tempo, seleções, inclusões, exclusões, baseadas em diretrizes e interesses, constituindo, de certo modo, estratégias (auto) biográficas que explicitam a intencionalidade de quem o produziu.

Apropriando-se dessas considerações *a priori*, fazemos coro com as lições de Luciana Heymann (2009) que reconhecem a importância de um esforço para “desnaturalizar” os acervos e seus enquadramentos, metodológicos e institucionais, recuperando as narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos. Esboçando uma perspectiva sociológica, inspirada nos trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida, a autora compreende o “arquivo” como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder, construto político que ao mesmo tempo produz e controla a informação, orienta lembranças e esquecimentos, e configura, assim, o poder sobre os arquivos e o poder dos arquivos: de dominação, subversão e construção de identidades. Foucault (2008) considera o “arquivo” não a totalidade de textos, mas o conjunto de regras que determinam em uma cultura o aparecimento dos enunciados, sua permanência e seu apagamento; sistema discursivo que encerra possibilidades enunciativas agrupadas de modo distinto. Em suas reflexões, o arquivo é tratado de uma forma imaterial que extrapola o conjunto de documentos, transformando-o em monumentos e acontecimentos. Nesse sentido, é instigante sua compreensão de “dossiê” explicitada na análise da documentação do caso Rivière: “se tratava de um ‘dossiê’, isto é, um caso, um acontecimento em torno do qual e a propósito do qual vieram se cruzar discursos de origem, forma, organização e função diferentes”, que apesar de parecerem falar a mesma coisa, em sua heterogeneidade “não formam nem uma obra, nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos” (Foucault, 1984, p. 12).

Tal perspectiva dialoga com as lições de Derrida (2001) quando este critica as ideias de “originalidade”, “verdade” e “autenticidade” dos documentos que integram os arquivos. Dessa forma, todo arquivo seria instituidor e conservador, oferecendo o que ele designa de uma economia arquivística que abrigaria os poderes de guardar, por em reserva e fazer leis já que a conservação não ocorre sem a exclusão. O ato de arquivamento, assim, é também um ato de amnésia e, por isso, possui uma implicação política, um poder de legitimação. Implicação imbricada desde a origem do termo:

Arkhe, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam – princípio físico, histórico ou ontológico, mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico. [...]. O sentido de ‘arquivo’, seu único sentido, vem para ele do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles, que se depositavam então os documentos oficiais. Os *arcontes* foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabia-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de *interpretar os arquivos* (Derrida, 2001, p. 12-13).

O arquivo é atravessado pelo jogo de poder: guarda, seleção, disposição, disponibilização, publicação, interpretação. Constitui um espaço ao mesmo tempo físico e social. Campo com fissuras e intervenções de natureza e temporalidades diversas. O gesto de “dar sentido” à lógica aparentemente subjetiva (ou confusa) do colecionador, definindo usos, arranjos, classificações e indexações, extrapola as diferentes práticas de atribuição de valor. Sinaliza uma forma específica de subsumir distintas temporalidades, muitas das vezes condensadas em um mesmo indicador cronológico e biográfico (Cunha, 2005). Titulares, colaboradores, herdeiros dos espólios, especialistas, instituições responsáveis ou que disputam a autoridade sobre a documentação, pesquisadores, são alguns dos agentes que assumem o papel de *arcontes* contemporâneos. Investigando os diversos motivos que levam determinados conjuntos de documentos a conformarem coleções, seus trânsitos, traslados e seccionamentos, Olívia Cunha (2005) acena para a configuração de uma dimensão política. Como registros consagrados da “história”, os acervos (arquivos ou coleções) seriam, de acordo com suas análises, elementos de políticas de representação contemporâneas viabilizando novas operações e enunciados no imaginário cultural.

Nessa direção, como um primeiro e significativo passo, coloca-se a necessidade de compreender a organização de instituições de memória fundadas em acervos, suas diferentes estratégias, interpretações e recursos, ou seja, os processos sociais de construção dos “le-

gados” memoriais. Nas últimas décadas, a revisão da memória nacional teria aberto espaço para a inclusão de memórias de grupos historicamente silenciados. Os acervos entram em cena nesse debate como objeto de reivindicações coletivas visando o acesso a determinados conjuntos documentais. Desse modo, a consulta a determinados arquivos poderia embasar “demandas por parte de grupos submetidos a situações de dominação e conflito”, fato que contribui também para uma alteração da prática arquivística, multiplicando e especializando locais de arquivamento e “uma inserção maior do mundo dos arquivos na cena social”. Questões que fomentariam um duplo movimento: grupos minoritários, ao recolherem e preservarem suas memórias, investiriam, de um lado, “na criação de seu próprio espaço de arquivamento e, de outro, os arquivos, mesmo os já existentes, estariam se tornando objeto de um interesse mais disseminado, atraindo públicos distintos dos tradicionais especialistas” (Heymann, 2009, p. 8).

De acordo com Reinaldo Marques (2008), o momento de arquivo seria marcado pela operação de arquivamento, por meio do qual o testemunho ingressa na escrita. Daí a sua forte correlação com o contexto do surgimento do Estado moderno, da administração pública, e, conseqüentemente, a criação das diversas instituições arquivísticas nacionais: o arquivo, a biblioteca, o museu; processo que remontaria à criação do Arquivo Nacional da França, em 1789. A constituição dos arquivos nacionais estaria relacionada à formação dos Estados-nação, remetendo à ideia do Estado como “campo informacional”. Seriam instâncias de legitimação do Estado e agências do poder simbólico. Os acervos se transformam, aos poucos, em lugar de se imaginar a nação e de construção de identidades nacionais:

Dentro dessa perspectiva, o arquivo expressa e reforça o tempo vazio e homogêneo da nação. Todavia, os elementos descartados, as memórias dos grupos subalternos, das minorias, que foram alijados do processo de enunciação do relato legitimador da nação, costumam se insinuar pelo vazio e pelo fragmento, como resíduo inclassificável, no arquivo das memórias oficiais da comunidade nacional. [...] Heterogênea, a memória da nação não se restringe à cultura letrada, aos documentos escritos. Ao privilegiarem documentos escritos, a constituição dos arquivos nacionais reflete o predomínio da escrita, da cultura letrada, em detrimento das culturas orais, populares. [...] Ao instituir seus arquivos e um saber correlato, o Estado-nação procura ter o comando das operações simbólicas que viabilizam a formação de uma cultura nacional unificada e das identidades nacionais (Marques, 2008, p. 107-108).

Talvez essas razões expliquem a precedência e a prevalência dos acervos públicos nas discussões sobre acervos. Em trabalho sociológico pioneiro sobre a temática, Luciana Heymann (2009) constata que os arquivos pessoais ocupam um lugar absolutamente periférico no contexto das análises sobre a construção social dos arquivos, tratando-se de investimentos isolados, e seriam definidos pela negativa: “o que não é público, o que não é institucional”. Verifica, nesse sentido, que os documentos de natureza pessoal padeceriam de uma falta de “lugar”, fato relacionado à origem da própria noção de arquivo associada aos papéis

advindos do funcionamento da máquina administrativa, cujo controle, responsabilidade e gestão competem ao próprio Estado. Já os arquivos pessoais não têm a sua constituição garantida, por dependerem apenas da ação acumuladora voluntária de uma pessoa física e, mesmo quando constituídos, “sua manutenção, preservação e disponibilização não estão asseguradas, escapando ao controle do governo e da sociedade” (Heymann, 2009, p. 29).

Ao apresentar a carência de reflexões de natureza arquivística que tomem os acervos pessoais como objeto de investimento, a autora ressalta o lugar periférico dos conjuntos documentais de natureza pessoal nas reflexões teóricas da arquivologia. Prova disso, segundo informa, é que apesar da existência de registros da presença de “documentos pessoais” desde a Antiguidade, os arquivos pessoais somente foram mencionados tardiamente nos manuais relativos aos arquivos e nas legislações nacionais. Fatos que revelariam uma “matriz pública” dos arquivos, não apenas do ponto de vista histórico e jurídico, mas também do ponto de vista metodológico: “na medida em que a disciplina propugna a adoção de conceitos e métodos aplicados aos arquivos públicos, de natureza institucional, para a organização de todos os conjuntos documentais de natureza arquivística, incluindo os pessoais” (Heymann, 2009, p. 44).

Tais questões vêm sendo problematizadas nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970 na França, proporcionando a descoberta/encontro do historiador com os arquivos privados. Em um primeiro momento, o “alargamento” da noção de arquivo remeteria à valorização dos documentos pessoais, aquilo que Philippe Artières (1998) sublinha como a tarefa de “arquivar a própria vida”. Práticas de arquivamento mobilizadas por uma injunção social que estimulam os indivíduos a manipularem suas existências, reescreverem narrativas, fornecerem sentidos. Arquivar a própria vida seria “contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artières, 1998, p. 11).

Segundo seus relatos, traços comuns às práticas de arquivamento são o desejo de tomar distância em relação a si próprio, a disposição ao testemunho e a construção de uma perfeita coerência da própria existência em vista dos episódios que a compõem. Em suma, não é uma prática neutra, mas uma possibilidade de o indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Prática plural e incessante portadora de uma função pública: “Sempre arquivamos as nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). [...] É definitivamente uma maneira de publicar a própria vida” (Artières, 1998, p. 32). Em um segundo momento, esse interesse foi estimulado por um rearranjo provocado pela emergência da história cultural e da micro-história que se afastaram dos modelos analíticos de corte estruturalista, que não valorizavam a vivência dos agentes para o entendimento dos processos sociais. Rearranjo que contribuiu, sem dúvida, para que os arquivos pessoais ganhassem importância como fontes de pesquisa: “se o boom dos arquivos privados se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações – pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades que tem limites”, não apenas a história cultural está no centro dessa transformação (Gomes, 1998, p. 124).

ACERVOS PESSOAIS E PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS

Apesar de Gilberto Freyre em 1933 publicar *Casa-grande & senzala* e Norbert Elias, em 1939, erigir uma história dos costumes em *O processo civilizador*, inovando na utilização de fontes até então consideradas “menores” como uma série de documentos integrantes de arquivos familiares, a tradição de pesquisa em acervos documentais até hoje ainda não adquiriu contornos bem definidos.

Tradicionalmente associada ao trabalho de historiadores e arquivistas, a prática de pesquisa nos acervos e sobre acervos tem, desde os anos 1980, chamado a atenção dos cientistas sociais (entre os antropólogos e, gradualmente, entre alguns sociólogos) que tateiam na definição teórico-metodológica da reflexão sobre o uso dessas fontes na pesquisa social e de sua relação com a produção etnográfica. Conforme afirmaram Celso Castro e Olívia Cunha (2005) na apresentação do dossiê da revista *Estudos Históricos* intitulado “Antropologia e arquivos”, apesar do crescente interesse dos pesquisadores, ainda há pouca reflexão no campo da antropologia, em particular da brasileira, sobre esse tema. Em suas análises, mais do que permanecer em discussões a respeito de fronteiras disciplinares e princípios metodológicos abstratos, sugerem a importância de discutir os acervos a partir de experiências reais de pesquisa, o que não significaria desprezar reflexões “teóricas”, mas enfatizar a importância que as experiências concretas de pesquisa possuem na conformação desse campo, de certo modo ainda em formação.

Três pesquisas realizadas por cientistas sociais se tornam ilustrativas nesse aspecto. A partir de sua relação com acervos pessoais, no caso os da antropóloga Ruth Landes, do psiquiatra Juliano Moreira e do antropólogo e político Darcy Ribeiro, indagamos sobre distintas possibilidades de análise e algumas questões significativas a serem enfrentadas na lida com tais objetos. O contato com os acervos extrapolou a análise das pistas para a compreensão de alguns investimentos profissionais e pessoais dos titulares, contribuindo também para a visualização da relação com a prática etnográfica, dos equívocos da naturalização e das relações entre acervos e “legado” institucional.

Ao analisar a relação da antropóloga americana Ruth Landes (1908-1991) com seus papéis e os exercícios de memória que o acervo possibilita, Olívia Cunha (2004) foca no cuidadoso trabalho de reordenamento, revisão e releitura de determinados eventos da trajetória social empreendidos pela própria titular no manuseio de sua documentação, tornando-se, ao mesmo tempo, intérprete e leitora de seu acervo. Tarefa que culminou com a organização de seus papéis para que fossem doados ao National Anthropological Archives (Smithsonian Institution) e a criação da coleção Ruth Landes Papers. Segundo informa, em 1986, após a edição de uma coletânea sobre experiência etnográfica de antropólogas em diferentes contextos, o Arquivo Nacional de Antropologia dos Estados Unidos manifestou interesse em seus documentos profissionais de modo a permitir o acesso a pesquisadores. A partir daí, Landes se ocupou em “dar sentido” a seus papéis, permitindo a reconstrução de sua trajetória profissional e a busca por instituir fronteiras entre essa trajetória e sua vida pessoal. Fruto de mais de sessenta anos de vida profissional, o acervo Landes figura como mais abrangente

em termos “etnográficos” incluindo correspondências, manuscritos de livros, notas de pesquisa e diários de campo a respeito de grupos indígenas norte-americanos e canadenses, imigrantes do Caribe, comunidades negras da Louisiana e terreiros de candomblé e umbanda no Brasil, constituindo, ao lado dos acervos de Margaret Mead (Library of Congress) e Ruth Benedict (Vassar College), uma das primeiras coleções documentais de antropólogas norte-americanas mantidas e preservadas em instituições públicas e privadas do país (Cf. Cunha, 2004; 2005).

Além do estudo das configurações institucionais que permitiam que essas coleções fossem mantidas e tivessem visibilidade, Olívia Cunha indagou como elas poderiam contribuir para uma reflexão mais ampla sobre a natureza do trabalho etnográfico. O estudo de como determinadas fontes foram construídas, sedimentadas e utilizadas, além da observação, interpretação e descrição dessas instâncias, é concebido como uma etnografia: “uma modalidade de investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais, mais especificamente as coleções e os arquivos pessoais cujos titulares foram ou são praticantes da disciplina, como campo de interesse” (Cunha, 2004, p. 291) para uma compreensão crítica sobre a produção de histórias da disciplina. Indo na contramão dos que consideram a pesquisa em “arquivo” como antítese da pesquisa de campo, entende o “arquivo” como um campo etnográfico, o que relativizaria a noção de campo e possibilitaria experimentações metodológicas na forma de se conceber e utilizar tais documentos. Desse modo, a autora conclui que os acervos etnográficos (assim como outros acervos científicos) e seu duplo, os acervos pessoais, são construções culturais fundamentais para a compreensão de “como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua invenção resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual” (Cunha, 2004, p. 296).

Outra reflexão que merece ser mencionada é a pesquisa de Ana Venâncio (2005) a respeito da trajetória e da busca pelo acervo do psiquiatra baiano Juliano Moreira (1873-1933). Neste caso, trata-se de uma trajetória mais recuada no tempo e a pesquisadora questiona o estatuto de originalidade e verdade concedido aos documentos. Visando obter fontes primárias e secundárias para a compreensão do “lugar” de Juliano Moreira na produção da psiquiatria no Brasil e do papel desse campo científico na formação nacional, a pesquisadora traçou duas vias investigativas: reunir trabalhos publicados por e sobre o psiquiatra e localizar os documentos que conformariam seu acervo pessoal. Sem informações a respeito da localização do acervo do titular, já que as sociedades científicas que ele fundou não existiam mais e as atuais instituições relativas à temática da psiquiatria nada guardavam de sua documentação pessoal, conseguiu informações com uma psiquiatra que havia redigido uma dissertação sobre Juliano Moreira a respeito dos caminhos e descaminhos de seu acervo.

Segundo relata, recebeu dados inconsistentes a respeito da existência de álbuns de fotografias, recortes de jornais e outros documentos feitos pelo próprio psiquiatra e por sua mulher, e que teriam sido doados para alguns de seus amigos. Durante a pesquisa, a antropóloga localizou dois álbuns de fotografias que lhe trouxeram o seguinte questionamento: “não sabia ao certo quais álbuns haviam sido organizados pelo próprio Juliano Moreira ou por d. Augusta,

nem se essa organização datava de antes ou depois da morte do psiquiatra” (Venâncio, 2005, p. 65). Em suma, as fontes inicialmente tidas como fundamentais para a recuperação da trajetória individual do médico e do campo em que estava inserido, não remeteram à autoimagem do titular, nem trouxeram informações a respeito de sua vida pública. O fragmento da experiência do personagem, além de não propiciar acesso à sua própria visão e vivências, também estava destituído de um possível sentido “original”, pois por meio dos álbuns (únicos documentos até então localizados de seu acervo) não era possível saber por quem, quando e como foram criados, ou seja, não havia elementos que apontavam para a atribuição de um “estatuto de verdade”. Sua pesquisa questiona o modo como costumamos naturalizar as fontes e as representações que fazemos habitualmente sobre os acervos pessoais.

Dos raros trabalhos desenvolvidos por sociólogos que investigam os investimentos de que são objeto os acervos documentais de natureza pessoal, destacamos a tese de doutorado de Luciana Heymann (2009) a partir da etnografia dos processos de constituição do arquivo e da Fundação Darcy Ribeiro, e da reflexão sobre os investimentos que tomam a memória de Darcy (1922-1997) como objeto e o acervo como uma modalidade de invenção discursiva de “legados”. Seu interesse se pauta nos lugares ocupados pelos acervos nos projetos institucionais voltados para a memória de seus titulares e na forma plástica e inconclusa com que os “legados” são atualizados de acordo com as contingências do tempo presente. Desenvolvendo uma apurada etnografia do processo de constituição do conjunto documental, a autora acena para uma especificidade, visto que não constituiu apenas na reunião de papéis por parte de um indivíduo (nem somente em registro do vivido ou prova de ação), se afastando da tradicional representação do “arquivo-memória”. Segundo seu entendimento, o acervo de Darcy poderia ser designado como “arquivo-projeto”, ou seja, permite supor uma intenção deliberada de monumentalização da própria memória. O acervo extrapolaria a função de um suporte da memória, se constituindo em um repositório de fazimentos que transformado em patrimônio estabelece uma relação indissociável de seu titular e da instituição que o abriga. É por isso que analisa o poder simbólico de que o material se reveste e o modo com que ele confere prestígio e legitimidade à Fundação Darcy Ribeiro. Nesse sentido, estuda as múltiplas interferências que presidiram a constituição do acervo pessoal, os limites entre o acervo e a instituição depositária, e os vícios impostos pela cultura institucional aos acervos sob sua guarda. A autora conclui que os acervos pessoais ainda permanecem em uma zona de silêncio, preservados, na maioria das vezes, do olhar crítico das ciências sociais.

É por essa razão que designamos este artigo como uma leitura sociológica dos acervos literários. Campo ainda pouco explorado e repleto de gavetas (entre) abertas que aguardam reflexões teórico-metodológicas, certamente fornecerá uma renovação de algumas práticas sociológicas/antropológicas, seja pela mudança na escala de observação do social e pelas problematizações e armadilhas oriundas de suas ilusões de “verdade”, “autenticidade” e “intimidade”, seja pelo trânsito interdisciplinar insinuado por sua heterogeneidade discursiva, fator que demanda uma articulação por diferentes saberes (histórico, arquivístico, museológico, literário etc.) e gêneros (biográfico, autobiográfico, epistolar etc.).

Investigando as prováveis origens desse relativo silêncio por parte das ciências sociais em geral, e da sociologia em particular, Luciana Heymann entende que é devido à representação de “naturalidade” associada ao acúmulo de documentos: “a ‘naturalidade’ associada aos arquivos, tanto no sentido da constituição dos conjuntos de documentos como no de seu recolhimento às instituições de guarda, encontra-se ancorada na tradição da própria disciplina arquivística” (Heymann, 2009, p. 1). Por isso, a importância de “desnaturalizar” os acervos e seus enquadramentos, observando que, assim como os indivíduos, os acervos são objetos de ilusões que fazem desaparecer descontinuidades e deslocamentos. Segundo informa, a carência ainda é maior quando se trata de estudos relacionados aos acervos pessoais que, na maioria das vezes quando investigados, são envolvidos pela energia social do acumulador em virtude do desempenho de uma atividade profissional. Assim, são raros os trabalhos analisando acervos de pessoas que não ocuparam posições no campo político, científico ou literário, e também raras as instituições que manifestam interesse por salvaguardá-los. Mesmo reconhecendo que a tarefa de “arquivar a própria vida” não constitui privilégio de homens e mulheres considerados ilustres e que, independente da atuação na cena pública, os acervos pessoais constituem subsídios importantes para a compreensão de episódios da vida social, as representações parecem considerar a relevância da vida pública:

As representações associadas aos arquivos pessoais – entre as quais operam os juízos históricos sobre o que pode ter valor para a pesquisa e para o ‘patrimônio’ documental da coletividade – parecem consagrar, de um lado, arquivos de titulares cuja atuação pública conferiria a seus papéis um interesse público e histórico incontestado, e, de outro, os arquivos que melhor representariam a natureza ‘autoral’ dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos, cuja atividade literária poderia ser acompanhada por meio da análise de rascunhos e versões, caros aos estudos da crítica genética. Os cientistas ocupariam, talvez, uma posição intermediária, na medida em que estão inseridos em grupos e instituições de pesquisa, ao mesmo tempo em que desenvolvem atividades que conferem a seus papéis, também, uma dimensão autoral. Seja como for, a caracterização dos arquivos pessoais ressalta a dimensão ‘funcional’ da vida de seus titulares, ou seja, as atividades que desempenharam na cena pública (Heymann, 2009, p. 46).

Por essas razões, os acervos abrigados pelas instituições e, conseqüentemente, as pesquisas realizadas nos arquivos pessoais compreendam na maioria das vezes as trajetórias de políticos, cientistas e artistas (especialmente literatos). Geralmente, a aproximação com o acervo é posterior ao interesse na vida e nas obras dos agentes (embora em alguns casos, especialmente nos de profissionais que trabalham nas instituições e na organização dos documentos – situação em que o indivíduo assume o duplo papel de arquivista/pesquisador –, a lógica inverta). A trajetória considerada “excepcional” impulsiona as justificativas que garantem a proteção dos documentos acumulados (e forjados) e consiste, ela própria, no que mobiliza a ação de muitos pesquisadores. Nesses exemplos, o arquivo privado assumiria a

função de “repositório” da memória cultural forjada na própria imagem que ajuda a construir enquanto documento de um “autor significativo”. Fator que remete a uma dupla operação: a trajetória do titular revestiria o acervo de forte capital simbólico, garantindo legitimidade e prestígio à instituição detentora, e, ao mesmo tempo, o conjunto documental produziria e garantiria a revitalização do personagem e a fabricação de sua trajetória.

Por outro lado, também é importante reconhecermos os impactos do deslocamento progressivo dos acervos pessoais do espaço doméstico, profissional, familiar para centros de documentação de instituições públicas ou privadas. Mudança que constrói uma história de negociações e trânsitos, entre os titulares, seus herdeiros e as instituições, que se formaliza em vendas, doações ou comodatos e imprime marcas nos documentos e na imagem de seu titular. Conforme salienta Reinaldo Marques (2007), os acervos são drasticamente afetados em termos topológicos (de acomodação espacial dos materiais) e nomenclógicos (dos princípios de organização e operação dos arquivos), tornando “objeto de tratamento por parte de saberes especializados, como a arquivística, a biblioteconomia, a museologia, além das disciplinas próprias do campo dos estudos literários, históricos e culturais”. Tratamento que realçaria “a diversidade dos materiais que constituem os arquivos, seu caráter híbrido – um misto de biblioteca, arquivo e museu. A esses acervos agregam-se, pois, novos valores: histórico-cultural, estético, acadêmico, expositivo, econômico” (Marques, 2007, p. 14).

Todavia, nem sempre os acervos estão sob a guarda de instituições, fator que exige, muitas vezes, uma atenção maior dos pesquisadores. Inicialmente, devido à dispersão que tais fundos costumam promover, provocando uma dificuldade de sua localização em bibliotecas ou nas mãos de particulares. Além disso, no caso de titulares contemporâneos, quase sempre estão sob a guarda de herdeiros, o que implica lidar com a memória familiar e respeitar lendas, mitos e referências: “um conhecimento mínimo da biografia dos descendentes e de conflitos que podem dividi-los impõem uma modéstia ao comportamento do pesquisador que pode capacitá-lo a obter informações ou leituras suscetíveis de esclarecer a sua própria” (Prochasson, 1998, p. 108). Nesse caso, cabe destacar três exemplos que, segundo Christophe Prochasson (1998), parecem refletir a escala habitual dos comportamentos de proprietários de arquivos privados. O primeiro proíbe qualquer forma de consulta ou colaboração: os descendentes guardariam os documentos para “fazer alguma coisa com ele” – uma biografia, uma publicação, uma doação. O segundo deseja a valorização e a consulta dos documentos por pesquisadores, mas de forma controlada. Aqui, fecha-se parte da documentação, os papéis são trazidos “a conta-gotas”, e as informações consideradas mais íntimas são ocultadas. Nesse caso, o arquivo privado perderia parte de sua riqueza: “tende a se transformar em arquivo público, revelando apenas o mais banal, o mais conveniente ou o mais desculpável. Ele deve sustentar uma mitologia que a família está encarregada de proteger” (Prochasson, 1998, p. 109). O último exemplo consiste em detentores que colocam à disposição dos pesquisadores o conjunto de arquivos lhes assegurando uma total liberdade de leitura e interpretação, contribuindo também no esclarecimento de dúvidas e suportando as possíveis indiscrições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entreabrindo gavetas com acervos de titulares reconhecidos ou anônimos, em instituições públicas ou privadas, sob a guarda de particulares ou não, se tem acesso a mais do que um conjunto documental composto de originais manuscritos, datilografados e impressos em suporte papel, recortes de jornais e revistas, fotografias, registros magnéticos, correspondências, livros e objetos pessoais e cujo conteúdo sustenta e aciona significados. Para além dos processos memoriais, este conjunto heterogêneo pode propiciar a compreensão dos caminhos e descaminhos da produção intelectual dos titulares, dos espaços ocupados e das relações que travaram no campo cultural que se inseriram ou buscaram se inserir.

Na tentativa de captar as relações oriundas desse complexo de enunciados, não escolhemos de modo impensado o termo acervo. “Arquivo”, apesar de tecnicamente designar conjuntos documentais divididos em fundos ou coleções que por sua vez são subdivididos em séries, subséries, dossiês e itens documentais, sugeriria, a nosso ver, imobilização ou apenas classificação. Ao optarmos por um termo mais geral, como “acervo”, encontramos afinidade com o pensamento de Maria da Glória Bordini (2003) ao afirmar que essa designação compreenderia não apenas as ações de conservar em ordem e catalogar para consulta a documentos, mas de promoção da obra e da imagem do autor, propiciando investigações de cunho teórico, crítico e histórico, além de se referir a conjuntos que reúnem mais do que normalmente os arquivos costumam conter, a exemplo de objetos pessoais e da biblioteca do titular.

Nessa direção, sublinhamos um tipo específico de acervo pessoal: os acervos literários. Se ainda são escassos os estudos na área de ciências sociais relacionados a acervos em geral e, ainda mais, a acervos pessoais, quando se trata de acervos literários as discussões teórico-metodológicas e a própria utilização dessas fontes subsidiando os trabalhos são quase inexistentes. Apesar dos avanços dos estudos entre antropologia e acervos, e da sociologia da literatura, o estudo dos acervos de literatos praticamente não foi explorado. Silenciamento que se estende, de modo menos tímido, à área dos estudos literários: “a pesquisa em arquivos não é atividade que atrai a maior parte dos estudiosos do texto literário, por se confundir, muitas vezes, com uma atitude conservadora e retrógrada frente à literatura” (Souza; Miranda, 2003, p. 9).

Na verdade, conforme destacam Eneida Souza e Wander Miranda (2003), algumas teorias críticas contribuíram para certo apagamento do interesse pelas fontes primárias, ao valorizarem o texto em sua integridade estética e sem analisar os bastidores da criação. Todavia, os autores ressaltam um retorno da crítica em direção à figura do autor, favorecendo a preservação dos acervos dos escritores para o aprimoramento das edições comentadas e críticas, a compreensão daquilo que os autores esqueceram ou gostariam de deixar esquecido antes de enviar suas obras sob a forma comercial de livro, tornando-se uma das principais metas da crítica filológica e genética. A obra passa a ser (re) vista não como um objeto fechado, mas sujeito a transformações interpretativas. Além disso, os acervos comportam uma série

de materiais paraliterários que podem enriquecer a leitura dos textos ao “ampliar seu foco de produção e, como consequência, tornar mais viva a sua recepção, ao inseri-la no espaço de possibilidades de leitura e de futuros desdobramentos realizados pelos leitores” (Souza; Miranda, p. 12). Para tanto, compete compreendermos as especificidades dos acervos literários (ou como se dá o processo de “arquivamento do escritor”), as problematizações recorrentes com relação a essas fontes e os contextos de formação (por instâncias institucionalizadas) dos principais centros de documentação literária no Brasil.

Referências bibliográficas

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BORDINI, Maria da Glória. Acervos sulinos: a fonte documental e o conhecimento literário. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Quando o campo é o arquivo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005.
- _____. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 10, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- _____. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005.

MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. *Aletria – Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, n. 18, p. 105-120, jul./dez. 2008.

_____. O arquivo literário como figura epistemológica. *Matraga*, Rio de Janeiro, n. 21, 2007.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e a renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005.

Recebido em 30/5/2014

Aprovado em 28/7/2015